

(RE)CONSTRUÇÃO DO CORPO FEMININO NEGRO

Julia Pedriali Rosa (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Neiva Maria Jung (Orientadora),
e-mail: neiva.jung@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes/Maringá, PR

Linguística, Letras e Artes. Linguística.

Palavras-chave: corpo feminino negro, letramentos de resistência, performatividade

Resumo:

Com o objetivo de investigar a reinscrição dos corpos femininos negros em letramentos de resistência e existência, foram analisados discursos sobre o corpo da mulher negra, tendo como foco as performatividades identitárias desses corpos. Para isso, toma-se como referência Judith Butler (2019), para quem a performatividade não preexiste ao sujeito; ela é resultante da reiteração em práticas as quais constituem a identidade do sujeito que as realiza. Tal performatividade é governada por normas regulatórias, que permitem algumas existências e proíbem outras. Os corpos rejeitados são retirados da posição de sujeito, tornando-se abjetos; dessa abjeção, são criadas tensões e, conseqüentemente, uma demanda por novas narrativas. Assim, nossa proposta inscreve-se no conjunto teórico da Linguística Aplicada, em uma perspectiva transdisciplinar, articulando conceitos da Sociologia, da teoria da performatividade e de letramentos, a fim de analisar práticas de linguagem de sujeitos que buscam (re)construir seus corpos como aqueles que importam, revelando tensões entre distintas forças sociais. Para tanto, utilizamos como objeto de trabalho para a construção dos *corpora* três publicações no *Instagram* e um comentário em publicação no *YouTube* que tensionam discursivamente a construção do corpo feminino negro. Como resultados, as análises mostraram práticas de reexistência nas quais essas mulheres problematizam a branquitude como norma regente de suas performatividades e, por meio de ressignificações próprias de seus corpos, cobram seu lugar como autoras de suas narrativas e de suas identidades.

Introdução

Partindo da reflexão no que diz respeito à relativa ausência de pessoas negras em “território branco” (KILOMBA, 2008), verificamos uma sub-representação construída tanto histórica quanto culturalmente das mulheres negras no Brasil. Com base nessas reflexões, trazemos para este projeto o objetivo principal de analisar a reinscrição dos corpos femininos negros em

letramentos de resistência e existência. A respeito das ausências, corroboro um índice que mostra pouco contato com narrativas de pessoas negras enquanto cresce. No Brasil, um país no qual 54% dos habitantes se declaram negros, essa é uma afirmação significativa. Por que só tive dois colegas e dois professores negros na universidade? Onde estão essas pessoas que compõem mais da metade da população brasileira? O que as levou para certos lugares, certos trabalhos, e não para outros? Se não estão nesses espaços, quem narrativiza as suas histórias, os seus corpos, os seus saberes, e como?

Só é possível que existam corpos que importam (BUTLER, 2019) dado à exclusão e abjeção de uma parcela de outros corpos. A materialização do corpo feminino negro no discurso é historicamente dada de forma a reduzir e enfraquecer a voz da pessoa negra, deslegitimando qualquer tentativa de tornarem-se corpos que importam. Isso se torna visível quando uma publicação com a legenda “Vidas negras importam” é logo rebatida com “Todas as vidas importam”; ou quando o Dia da Consciência Negra recebe tentativas de invalidação com “Dia da Consciência Humana”. Ainda, o corpo feminino negro sofre ataques não só de racismo, como também do machismo, sendo alvo de violência(s) tanto por conta da cor da pele quanto pelo gênero. Desse modo, o racismo, o machismo e a ignorância, além de uma crueldade (nem sempre) velada, colaboram para a manutenção de um sistema que deixa bem claro quais são os corpos que realmente importam. Dentro desse debate, propôs-se uma investigação de práticas de resistência de mulheres negras que fazem publicações no *Instagram* e no *YouTube*, cujos posts alcançam centenas de milhares de pessoas. Busca-se analisar como essas mulheres, em suas redes sociais, (re)constroem, por meio da linguagem, a percepção de seus corpos para si mesmas e para os usuários de plataformas digitais; de que modo elas se posicionam e com quais vozes ou discursos precisam dialogar e como.

Materiais e métodos

Nossa materialidade de pesquisa para análise são publicações nos perfis do *Instagram* de Laurin Souza (@laurinnsouza), Sá Ollebar (@saollebar), Camilla de Lucas (@camilladelucas) e um comentário na publicação “Tour pelo meu rosto”, no canal do *YouTube* de Gabriela Oliveira. Para dar suporte à análise, contextualizamos o projeto por meio de reflexões acerca de conceitos de linguagem, performatividade e letramentos de resistência, além de pesquisa bibliográfica da construção e representação histórica do corpo feminino negro no Brasil.

Resultados e Discussão

Para abordar o primeiro objetivo específico – fazer um levantamento para compreender como ocorreu a construção do corpo da mulher negra no Brasil –, discutimos a linguagem como ferramenta de opressão e segregação. Profundamente marcada pelo colonialismo (MUNIZ, 2016), a língua é

utilizada para delimitar e dessubjetivar os falantes, seus modos de dizer e de existir. Em oposição a esse apagamento, os conceitos de letramentos de existência e resistência possibilitam que os sujeitos se apropriem da mesma linguagem que os marginalizou para tecer suas próprias narrativas, ainda que, para isso, seja impossível desprender-se da dependência às normas sociais para compor sua identidade; afinal, as narrativas são também fruto de performatividades (BUTLER, 2019), e estas são reguladas pelas normas. Em seguida, apoiando-nos em Lélia Gonzalez (1984) e Grada Kilomba (2019), expomos construções de categorias e (sub)representações dos corpos das mulheres negras no Brasil, observando como são coconstruídas, de forma planejada, no âmbito do ensino, da cultura e dos meios sociais. A partir dessas construções, as posições ocupadas por mulheres negras são restritas, resultando na ausência desses corpos em diversos campos – os ditos “territórios brancos” (KILOMBA, 2019) –, o que mantém a branquitude como detentora das posições dominantes e privilegiadas.

Com a análise de três perfis do *Instagram* e um comentário em publicação no *YouTube* que envolvem o corpo feminino negro – segundo objetivo específico – compreendemos como, discursivamente, essas mulheres negras reclamam seu direito de compor suas próprias narrativas e utilizam ferramentas digitais, apesar de seus mecanismos excludentes, para reconstruírem, no papel de mulher que importa, a forma como seus corpos são conceituados. Mostramos como os corpos das mulheres negras, constantemente tirados da posição de sujeito, buscam sair das zonas de abjeção (BUTLER, 2019) e ocupar posições que vão além das performatividades previstas para as mulheres negras, de forma a construir suas próprias identidades. Gabi Oliveira, no *YouTube*, ao mostrar como ressignificou positivamente para si características físicas de seu corpo construídas cultural e historicamente como desagradáveis, como o nariz largo, cria tensão com a branquitude, fazendo-a refletir sobre o desenvolvimento de gostos e preferências que, longe de serem arbitrários, dependem do patrimônio histórico, cultural e social do sujeito (BORDIEU, 1992).

Sá Ollebar, em seu perfil do *Instagram*, similarmente tensiona a construção de preferências não só dos usuários, mas da plataforma. Para isso, ela problematiza o algoritmo do aplicativo, colocando em evidência a postura racista do *Instagram* ao regular o alcance de acessos às publicações de corpos negros, resultando em menos visibilidade desses corpos, a julgar que não interessam, não importam. Laurin Souza, em vídeo no *Instagram*, tensiona a abjeção que os corpos negros enfrentam ao coabitar “território branco” (KILOMBA, 2019), e problematiza performatividades que refletem as regulações da branquitude, como o “andar sempre arrumada”, a julgar que corpos negros “desarrumados” representam uma ameaça. Camilla de Lucas, em publicação patrocinada no *Instagram*, questiona expressões linguísticas relativas aos corpos negros cujos significados remetem à escravização. Diante da proposta de reflexão, diversos seguidores concordaram com Camilla; entretanto, como a branquitude não costuma ser problematizada, vários comentários surgem, julgando o debate desnecessário.

Em termos de reflexão – terceiro objetivo específico – identificamos tensões criadas quando os corpos femininos negros recobram seu lugar de fala e resistem às sub-representações por meio das práticas digitais, a fim de problematizar a branquitude e questionar as colonialidades presentes nos âmbitos de quem pode ser sujeito e de quem pode produzir conhecimento.

Conclusões

Tendo o objetivo geral deste trabalho em vista, é possível afirmar que o movimento de reinscrição dos corpos femininos negros cria uma tensão entre a branquitude e as mulheres negras que constroem, por meio de práticas digitais, suas narrativas de existência e resistência. Percebemos, neste momento, a branquitude como a instituição que regula performatividades negras: autorizando, ou não, quem pode e quem não pode produzir conteúdo ou conhecimento, quem pode se sentir belo e quais corpos importam.

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq e à Fundação Araucária pela oportunidade de desenvolver esse projeto.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p. 223-244, 1984.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUNIZ, K. da S. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: performatividade, política e identificação racial no Brasil. **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 32, n. 3, p. 767-786, 2016. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/32238/22279>>. Acesso em: 20 ago. 2021.